

A institucionalização da extensão no contexto da
autonomia universitária e sua gestão democrática

UFMA —São Luís, 12 a 14 de Junho de 1 991

CONCLUSÕES

- A integração da universidade às realidades conjunturais se expressa pelo seu comprometimento com a sociedade que a mantém;
- quanto mais autônoma e democrática for uma universidade, maior será a sua criatividade, no sentido de, juntamente com a sociedade, encontrar caminhos para a solução de problemas;
- autônoma, hoje, é a universidade que, em nome da autonomia, exerce a liberdade acadêmica, que é meio e não fim;
- no processo histórico de construção da universidade democrática, o elemento fundador é a referência ao social, pois o exercício da democracia não se esgota no processo eleitoral e este não pode ser limitado pelas questões setoriais e corporativistas.

Assim, o tema discutido levou os participantes do V encontro a fazerem as seguintes recomendações:

QUANTO ÀS DIRETRIZES POLÍTICAS

1. A política de extensão de cada universidade, no âmbito interno, deve propiciar a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, em com as entidades da sociedade civil. Esta política deve respeitar o caráter da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois a atividade extensionista expressa a função social da universidade;
2. A atividade de extensão deve ser submetida a um sistema de avaliação na universidade, de modo análogo às demais atividades

fins, incluída a participação de setores da comunidade externa envolvidos nesse processo;

3. A atividade de extensão deve ter tratamento econômico com o ensino e a pesquisa nos processos de avaliação funcional e institucional;

4. O ensino, a pesquisa e a extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento orçamentado das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área.

QUANTO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

1. A Institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade;

2. a extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o ensino e a pesquisa na estrutura administrativa universitária;

3. a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular.

4. as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares.

QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

1. Criar mecanismos permanentes de interação com a sociedade civil e de divulgação do trabalho acadêmico junto à sociedade;

2. promover eventos internos que sirvam de espaço para debates e avaliações sobre extensão pelas unidades acadêmicas;

3. promover estudos e programas de avaliação que permitam demonstrar à sociedade a amplitude do trabalho extensionista;

4. fazer gestões, junto ao MEC, governos estaduais e outras entidades públicas e privadas, no sentido de implementar programas nacionais de bolsas de extensão.

QUANTO ÀS QUESTÕES FINANCEIRAS

1. Fazer gestões junto às agências de fomento públicas e privadas, nacionais e internacionais, para consecução de recursos financeiros destinados à extensão;

2. garantir, junto às universidades, dotação orçamentaria destinada a atividades extensionistas, fixando-se percentuais nos orçamentos globais e setoriais;

3. fazer gestões, junto ao MEC e governos estaduais, a fim de garantir orçamentos globais para universidades públicas;

4. definir os critérios de distribuição dos recursos gerados pela extensão, que deverão ser gerenciados pelos setores competentes de casa IESR

RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO FÓRUM

- Que se preceda a escolha dos coordenadores regionais nas reuniões regionais;

- que seja feita a apresentação dos coordenadores regionais, no início do Encontro Nacional;

- que sejam mantidos, anualmente, os encontros nacionais;

- que a coordenação nacional faça a distribuição às várias IESPs, do regimento do Fórum, para estudos e sugestões, com vistas à deliberação no VI Encontro;

- que os Pró-Reitores de Extensão não deixem de passar a seus substitutos os documentos do Fórum;

- que se organizem eventos e programações nas regionais, com divulgação em todas as universidades, permitindo a participação de Pró-Reitores de outras regiões;

- que se façam presentes nos Encontros Nacionais os presidentes dos Fóruns de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação;

- que se estreitem contatos com os coordenadores nacionais dos demais Fóruns e com a ANDIFES, Associação Nacional de Reitores de Universidades Estaduais e CRUB;

- que seja organizado acervo e mantido um trabalho de divulgação sobre extensão;

- que se fortaleça a articulação com a comissão da LDB, através das Pró-Reitorias de Graduação;

- que sejam rigorosamente observadas as datas de entrega dos estudos para elaboração de diagnóstico.

DECLARAÇÃO DE SÃO LUÍS

Não é recente a difícil luta pela realização da cidadania brasileira, que é a construção de sua capacidade produtiva, de seu respeito à vida, de sua cultura. A Universidade Pública é meio e fim da construção da cidadania e da Nação, partilhando com ela conquistas e problemas.

A difícil situação se torna dramática com o país asfixiado pela recessão programada e pelos ataques à cultura, que começaram pela negligência e culminaram num programa de desmonte das instituições.

Há, por isso, um quadro de múltiplos desafios: para a Universidade, o desafio de não sucumbir, de resistir, com todos os setores sociais a aliança justa que lhe garanta as condições de produção e difusão do saber científico, humanístico e tecnológico, para o congresso o desafio de se afirmar como poder autônomo, fazendo cumprir os orçamentos que aprova e garantindo a constituição que escreveu; para a sociedade o desafio de, a partir do pouco que tem, inventar sua cidadania, cobrando de nós todos o cumprimento do dever.

Há que se continuar cobrando da Universidade que resista, dos Legislativos que se afirmem, do Executivo Federal que esclareça a que veio, que explicita a quem quer servir com sua protésca versão de modernidade, que é um perverso torniquete da Economia e uma mordada da Cultura.

Com essa consciência, os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, reunidos em trabalho, quando suas instituições vivem uma greve de resistência, reafirmam seu compromisso com o futuro digno e ativo que estamos construindo.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.